

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações Financeiras Acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Instituto Jelson da Costa Antunes

Índice

	Página
Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Financeiras	5
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras	10

Relatório dos Auditores Independentes

Aos:

Diretores e Administradores

Instituto Jelson da Costa Antunes

Rio de Janeiro-RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Instituto Jelson da Costa Antunes**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Instituto Jelson da Costa Antunes** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos pronunciamentos técnicos CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e conforme a interpretação ITG 2002 (R1)- Entidade sem Finalidade de Lucros.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

3. Outros assuntos

(i) Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras do **Instituto** do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outros auditores, que sobre as quais expressaram uma opinião sem ressalvas em 31 de maio de 2022.

4. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o **Instituto** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o **Instituto** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Instituto** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria do **Instituto**.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2023.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" SP

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP – 030.002/O-7

Instituto Jelson da Costa Antunes

Balances Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.768	46.991	Fornecedores	7	10.291	8.186
Créditos e adiantamentos	5	<u>1.716</u>	<u>750</u>	Obrigações tributárias	8	13.734	12.134
				Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	<u>124.371</u>	<u>108.722</u>
Total do Ativo Circulante		68.484	47.741	Total do Passivo Circulante		148.396	129.042
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Imobilizado, líquido	6	<u>462.256</u>	<u>538.804</u>	Patrimônio social acumulado	10	<u>382.344</u>	<u>457.503</u>
Total do Ativo Não Circulante		462.256	538.804	Total do Patrimônio Líquido		382.344	457.503
Total do Ativo		<u>530.740</u>	<u>586.545</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>530.740</u>	<u>586.545</u>

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações do Déficit dos Exercícios

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Notas	Exercícios Findos	
		31/12/2022	31/12/2021
Receitas Operacionais Auferidas sem Restrição	11	2.256.810	1.691.500
Receitas (Despesas) Operacionais sem Restrição			
(Despesas) de pessoal e de encargos sociais	12	(1.046.117)	(917.915)
(Despesas) de serviços prestados por terceiros	-	(580.509)	(395.682)
(Despesas) de treinamento	13	(419.811)	(184.017)
(Despesas) de depreciação e de amortização	-	(73.492)	(82.210)
Outras (despesas) operacionais, liquidas	14	(210.539)	(177.574)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais sem Restrição		(2.330.468)	(1.757.398)
Resultado Financeiro			
(Despesas) financeiras	15	(3.773)	(2.165)
Receitas financeiras	15	2.272	380
Total do Resultado Financeiro	15	(1.501)	(1.785)
Déficit do Exercício		(75.159)	(67.683)

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Demonstrações dos Déficits Abrangentes dos Exercícios
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Déficit do exercício	(75.159)	(67.683)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos Déficits Abrangentes dos Exercícios	(75.159)	(67.683)

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Patrimônio Social Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	525.186	525.186
Déficit do exercício	<u>(67.683)</u>	<u>(67.683)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	457.503	457.503
Déficit do exercício	<u>(75.159)</u>	<u>(75.159)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>382.344</u>	<u>382.344</u>

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores Expressos em Reais-R\$, Centavos Omitidos)

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(75.159)	(67.683)
Ajustes para Conciliar o Resultado das Atividades Operacionais ao Caixa e Equivalentes de Caixa		
Despesas de depreciação e de amortização	73.492	82.210
Resultado do exercício Ajustado	(1.667)	14.527
(Aumento) dos Ativos Operacionais		
Créditos e adiantamentos	(966)	(750)
Total do (Aumento) dos Ativos Operacionais	(966)	(750)
Aumento (Diminuição) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores	2.105	586
Obrigações tributárias	1.600	2.144
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15.649	(1.441)
Total do Aumento (Diminuição) dos Passivos Operacionais	19.354	1.289
Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	16.721	15.066
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(Adições) do imobilizado	(16.211)	-
Baixas do imobilizado	19.267	-
Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	3.056	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Sem movimento	-	-
Total do Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizado nas) Atividades de Financiamento	-	-
Total do Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	19.777	15.066
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	46.991	31.925
No final do exercício	66.768	46.991
Total do Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	19.777	15.066

As Notas Explicativas da Diretoria São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

1. Contexto Operacional

O Instituto Jelson da Costa Antunes (“Instituto”), pessoa jurídica de direito privado, registrado no Registro Público de Pessoa Jurídica em 04 de novembro de 2004, sob o nº 29.133, livro A-373, na cidade de Niterói-RJ, com fins não econômicos e financeiros, tem como objetivo social, contribuir para o desenvolvimento social, educativo e cultural de pessoas das diferentes comunidades onde atua, sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como portadores de necessidades especiais.

O Instituto já foi reconhecido no Município de Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, como Utilidade Pública. Em 11 de dezembro de 2010, através do processo nº 08071.025763/2009-88 à Diretoria foi concedida a mesma condição na esfera Federal junto ao Departamento de Justiça, em Brasília.

Os termos de pagamento envolvem o pagamento integral dos créditos da Classe I em doze parcelas mensais, sendo as primeiras 10 parcelas equivalentes a 5% do valor devido por mês, completando 50% de quitação do débito ao final do décimo mês e duas parcelas mensais finais equivalentes a 25% do valor devido em cada mês, totalizando 100% da dívida. Além disso, os créditos da Classe I também serão corrigidos à taxa referencial do Banco Central (“TR”).

1.1. Impactos COVID-19

As atividades do Instituto continuam sendo afetadas, porém, vale ressaltar que com um impacto menor quando comparada o ano de 2021 com 2022 e ainda com o primeiro trimestre de 2023. A Diretoria permanece monitorando os efeitos do novo coronavírus e com a continuidade da imunização da população contra o COVID-19 vem apostando nas expectativas de melhoras nos resultados para os próximos anos, até a sua normalidade. Diversas medidas que inclui protocolos de combate a disseminação do COVID-19 nas suas instalações, as quais inclui aos atendimentos a seus colaboradores, doadores, donatários e alunos têm sido implantadas com afinco.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei 6.404/1976 e em observância às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas práticas abrangem, também, os pronunciamentos técnicos CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo CFC e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 31 de maio de 2023.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

Base de Mensuração Contábil

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Reais (R\$) com centavos omitidos, que é sua moeda funcional.

2.3. Utilização de Estimativas Contábeis e de Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Diretoria do Instituto se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis, quando aplicáveis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais, do valor justo de ativos e passivos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas de ativos, entre outros.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) Registros Contábeis

Os registros contábeis, são reconhecidos pelo regime de competência.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos Financeiros

(i) Ativos Financeiros

Aplicações financeiras: são registradas pelo valor justo por meio do resultado, que incluem os títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados a qualquer momento e a critério da Diretoria do Instituto, sendo contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante, no qual os ganhos ou as perdas não realizadas sobre esses papéis são reconhecidos na demonstração de resultado.

(ii) Passivos Financeiros

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os terrenos não são depreciados.

e) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

(i) Ativos Financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para perda do valor recuperável.

(ii) Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros do Instituto estão representados, basicamente, pelo ativo imobilizado.

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Diretoria do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

f) Provisões a Apropriar

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo:

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

(i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Diretoria possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(ii) Passivos Referentes a Processos Judiciais

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(ii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. O Instituto não possui quaisquer ações administrativas ou judiciais lavradas.

g) Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Receitas e Despesas

Receitas e Despesas: são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

As receitas são obtidas, basicamente, através de doativos recebidos das mantenedoras.

As principais despesas do Instituto são classificadas nos seguintes grupos: Pessoal, despesas de treinamento e despesas administrativas, cujas demonstrações estão mencionadas nas notas explicativas nº 12, 13 e 14.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

i) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

j) Tributação

O Instituto não tem fins lucrativos e é isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias do Instituto, destacam-se os seguintes: (i) Programa de Integração Social (PIS): Contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isento sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras segundo a legislação vigente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	1.695	1.695
Aplicações financeiras- Invest Fácil Bradesco	<u>65.073</u>	<u>45.296</u>
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>66.768</u>	<u>46.991</u>

As aplicações financeiras Invest Fácil Bradesco, são de curto prazo, de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Créditos e Adiantamentos

Composição

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda Retido Fonte (IRRF) a maior	1.716	-
Adiantamentos a terceiros	<u>-</u>	<u>750</u>
Total de Créditos e Adiantamentos	<u>1.716</u>	<u>750</u>

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

6. Imobilizado

Composição

	31/12/2022			Total Líquido 31/12/2021
	Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido	
Terrenos	21.000	-	21.000	21.000
Edifícios	1.097.810	(706.258)	391.552	435.463
Computadores/periféricos	190.205	(159.499)	30.706	43.782
Instalações	134.266	(134.266)	-	-
Móveis e utensílios	218.087	(211.758)	6.329	7.564
Máquinas e equipamentos	29.609	(16.940)	12.669	7.195
Veículo	10.000	(10.000)	-	23.800
Outras	39.274	(39.274)	-	-
Total do Imobilizado	1.740.251	(1.277.995)	462.256	538.804

7. Fornecedores

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de vigilância/energia elétrica	9.365	8.186
Outros Fornecedores	926	-
Total de Fornecedores	10.291	8.186

8. Obrigações Tributárias

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido Fonte (IRRF) devidos sobre folha de pagamento	8.028	6.507
Programa de Integração Social (PIS) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devidos sobre serviços tomados	3.639	3.502
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	152	410
Outros	1.915	1.715
Total de Obrigações Tributárias	13.734	12.134

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

9. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Composição

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de férias e encargos sociais	92.455	79.508
Salários a pagar	18.468	16.616
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	7.565	7.333
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	5.883	5.265
Total de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	<u>124.371</u>	<u>108.722</u>

10. Patrimônio Líquido

Patrimônio Social Acumulado

O patrimônio social acumulado é constituído pela dotação inicial e é aumentado e diminuído pelos superávits e déficits, respectivamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram apropriados ao patrimônio social acumulado do Instituto déficits nos valores de R\$75.159 e R\$67.683, respectivamente.

11. Receitas Operacionais Auferidas sem Restrição para Custeio do Instituto

Composição

	<u>Exercícios Findos</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de Doações Auferidas para Custeio do Instituto		
Auto Viação 1001 Ltda.	669.680	588.000
Auto Viação Catarinense Ltda.	489.500	336.000
Viação Cometa S.A.	416.500	588.000
Expresso do Sul S.A.	415.000	-
Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.	179.500	168.000
Rápido Macaense Ltda.	33.000	-
Metar Logística Ltda.	16.500	-
Rápido Ribeirão Preto Ltda.	13.300	-
Pessoas físicas	1.830	-
Total de Receitas de Doações Auferidas para Custeio do Instituto	<u>2.234.810</u>	<u>1.680.000</u>
Receitas de Sócio Aprendizagem		
Instituto PHI-Philantropia Inteligente	17.000	11.500
Fundação Itaú para Educação e Cultura	5.000	-
Total de Receitas de Sócio Aprendizagem	<u>22.000</u>	<u>11.500</u>
Total de Receitas Operacionais Auferidas sem Restrição para Custeio do Instituto	<u>2.256.810</u>	<u>1.691.500</u>

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

12. (Custos) e Despesas de Pessoal e de Encargos Sociais sem Restrição

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Salário e ordenados	(493.983)	(414.996)
Assistência médica	(305.092)	(262.661)
Férias	(53.722)	(55.770)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	(46.610)	(40.200)
13º salário	(46.896)	(40.058)
Vale transporte	(31.953)	(23.526)
Outras	(67.861)	(80.704)
Total de (Custos) e (Despesas) de Pessoal e de Encargos Sociais sem Restrição	<u>(1.046.117)</u>	<u>(917.915)</u>

13. (Despesas) de Treinamento sem Restrição

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Ensino (i)	(40.014)	(68.853)
Despesas de viagens (ii)	(218.519)	(44.909)
Lanches escolares (iii)	(88.202)	(17.411)
Materiais escolares (iv)	(14.937)	(18.752)
Uniformes (v)	(26.766)	(5.203)
Auxílio educação (vi)	(21.862)	(25.992)
Outras	(9.511)	(2.897)
Total de (Despesas) de Treinamento sem Restrição	<u>(419.811)</u>	<u>(184.017)</u>

(i) Despesas de ensino, as quais compreendem todas as despesas de honorários de docentes, palestrantes, técnicos, pesquisadores, bolsas de estudos, consultores, dispêndios de materiais didáticos e técnicos e as demais despesas educacionais;

(ii) Despesas de viagens, as quais abrangem, passagens e estadias com alunos, palestrantes e funcionários;

(iii) Despesas de lanches com estudantes, palestrantes e funcionários;

(iv) Despesas de material escolar com estudantes menores assistidos;

(v) Despesas de uniformes com estudantes; e

(vi) Despesas de auxílio-educação do ensino fundamental para menores assistidos.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

14. Outras (Despesas) Receitas Operacionais sem Restrição

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Total de Receitas Operacionais sem Restrição- Venda de Imobilizado	50.733	-
(Despesas) Operacionais sem Restrição		
Limpeza, água, luz, telefone, materiais de escritório	(121.336)	(57.253)
Serviço de vigilância	(91.183)	(82.191)
Despesas de viagens	(6.864)	-
Despesas de veículos	(1.619)	(3.943)
Despesas tributárias	(11.825)	(9.931)
Outras despesas	(28.445)	(24.256)
Total de Despesas) Operacionais sem Restrição	(261.272)	(177.574)
Total de Outras Receitas (Despesas) Operacionais sem Restrição	(210.539)	(177.574)

15. Resultado Financeiro

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.244	340
Descontos obtidos	1.009	40
Outras receitas	19	-
Total de Receitas Financeiras	2.272	380
(Total de Despesas) Financeiras- Despesas Bancárias	(3.773)	(2.165)
Total do Resultado Financeiro	(1.501)	(1.785)

16. Remuneração de Empregados e Dirigentes

O Instituto não concede empréstimos aos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal; não possui qualquer tipo de remuneração e não oferece outros benefícios de longo prazo aos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal; não estende aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal quaisquer tipos de benefício oferecidos aos seus colaboradores; e por fim não remunera ou concede benefícios aos seus dirigentes (diretores) estatutários, os quais são eleitos nos termos do seu estatuto.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

17. Quocientes Patrimoniais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Índice de Liquidez Imediata	0,45	0,36
Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras)	66.768	46.991
Passivo circulante	148.396	129.042
Índice de Liquidez Corrente	0,46	0,37
Ativo circulante	68.484	47.741
Passivo circulante	148.396	129.042
Índice de Liquidez Geral	3,58	4,55
Ativo circulante e não circulante	530.740	586.545
Passivo circulante e não circulante	148.396	129.042
Índice de Imobilização Corrente do Capital Próprio	1,21	1,18
Imobilizado líquido	462.256	538.804
Patrimônio líquido	382.344	457.503
Índice de Imobilização do Capital de Giro	0,87	0,92
Imobilizado líquido	462.256	538.804
Passivo circulante e não circulante e o Patrimônio líquido	530.740	586.545

18. Renúncia Fiscal

a) Imunidade

Por se tratar de um Instituto privado sem fins lucrativos de caráter educacional nos termos do artigo 150, item VI, letra C da Constituição Federal, goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços. Sendo assim, na esfera federal a imunidade compreende o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), em conformidade ao artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e na esfera municipal, a imunidade compreende o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) da sua matriz situada na Cidade do Rio de Janeiro.

b) Isenção

O Instituto é isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) , e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme a Lei nº 9.532/97 e o Decreto nº 9.580/18.

Instituto Jelson da Costa Antunes
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Reais, com Centavos Omitidos)

c) Tributação e Previdência Social

O Instituto, por atender aos requisitos da legislação, sendo imune do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), goza do recolhimento diferenciado para o Programa de Integração Social (PIS), pelo qual o tributo incide à alíquota de 1% (um por cento) sobre sua folha de salários (art. 13, inc. VIII, da MP nº 2.158-35/01); observando os requisitos da legislação em vigor, em especial, aqueles previstos, no Decreto 9.580/18 e ano art. 12, § 2º, alíneas "a" até "e", e § 3º, da Lei nº 9.532/97.

A seguir apresentamos os valores das contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial, caso o Instituto não tivesse isenção:

	Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021
Base de cálculo	582.613	517.966
Alíquotas combinadas (Previdência a terceiros)	26,50%	26,50%
Valor que Teria Sido Devido	154.393	137.261

XXXXXXX

Tatiana Antunes de Andrade
Presidente

Paulo Roberto Perdigão de Araújo
Contador CRC RJ-066.894/O